



SEXTOU!

O melhor encontro virtual das sextas-feiras está de volta! O Tamo Junto reúne professores para debater todo tipo de assunto. O último foi sobre política, com Josué Medeiros

Página 2

CONSELHO DE REPRESENTANTES QUER UNIDADE DE PROFESSORES

Página 6

ORÇAMENTO

O governo Bolsonaro armou uma bomba-relógio no orçamento das universidades e do sistema de Ciência e Tecnologia do Brasil. E o contador se aproxima rapidamente do zero. As verbas são insuficientes para o funcionamento mínimo das instituições que produzem o conhecimento do país. Mas o cenário é ainda mais sombrio. Se os gastos da máquina pública não forem aprovados até abril pelo Congresso, a UFRJ informa que não terá dinheiro sequer para o pagamento dos professores e técnicos da ativa. A AdUFRJ faz parte de uma rede de associações e sindicatos de docentes, o Observatório do Conhecimento, que está em campanha para reverter os cortes e impedir a destruição da Educação e da Ciência. Participe!

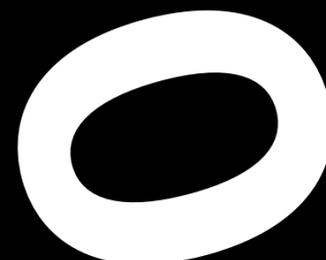
EDUCAÇÃO
TEM VALOR

Pressione

para que o Congresso Nacional retire os cortes do orçamento da ciência e das universidades

observatoriodoconhecimento.org.br

Páginas 3, 4 e 5



EDITORIAL

PRECISAMOS ESCOLHER VIVER. VIVER E PRESERVAR A VIDA

DIRETORIA

2021 começa difícil e com enormes desafios. Estamos cansados, desanimados, super atarefados? Parece que muitos escolheram uma espécie de anestesia para poder continuar a viver, algo como “nada mais nos surpreende”. Sim, precisamos de alguma acomodação para seguir vivendo, mas não ao ponto de nos iludirmos com a ideia de que logo logo nossas vidas voltarão ao normal. Não há mais esse “normal” que tanto ansiamos, e o que está em jogo hoje é a nossa carreira, a universidade como instituição pública, a sobrevivência do sistema de pesquisa. Todos nós que ingressamos na UFRJ no século XXI, ou seja, nos últimos vinte anos, desfrutamos de uma estrutura que foi construída com muito esforço, dedicação e senso de responsabilidade por tantos que nos antecederam. O esforço monumental de remoção do entulho autoritário na década de 1980 e a resistência ao amplo processo de privatização da década de 1990 só foi possível nas mais diversas frentes, das mais diversas formas, com muita sola de sapato gasta nas ruas, nas passeatas, e muito tempo em assembleias também. Assim como o SUS, hoje tão festejado e finalmente reconhecido por sua grandeza e pelo papel social que desempenha, foi fruto de uma grande e persistente mobilização. Muitos dedicaram suas vidas para que ele fosse construído.

Hoje temos um governo que nos escolheu como seus inimigos. Um governo que também se declara inimigo da imprensa, da diversidade, dos direitos humanos, da proteção ao meio-ambiente. São tempos de perdas, de distanciamento social, com uma pandemia que já matou mais de 230.000 pessoas. Por tudo isso, e por muito mais que não

Acreditemos na nossa força, na nossa presença na sociedade, no quanto somos importantes para o país, para a vida de tantas pessoas

conseguiríamos listar nesse pequeno editorial, o tempo é de escolha. Precisamos escolher viver. Viver e preservar a vida. É tempo de proteção e escuta, de solidariedade. Nossos instrumentos parecem velhos, os discursos também. Mas seremos nós a construir o caminho da mudança, ou simplesmente ele não existirá. Hoje temos alguns instrumentos de pressão direta aos parlamentares, com o envio de mensagens em massa, com campanhas virtuais e com militância nas redes. Temos também um calendário de atos na rua, como a carreta de 21 de fevereiro. Pode não ser a melhor manifestação, ficarmos dentro de carros, buzinando, mas é o possível no momento.

A verdade é que a universidade ainda não entrou em campo com seu time completo. Temos resistido bem, temos sido uma referência fundamental em tempos de pandemia, nosso trabalho tem ampla repercussão social, estamos presentes em todas as ações importantes de combate ao coronavírus, mas nossa força pode nos fazer ir muito mais longe. Desde a mobilização espontânea em ações menores, junto a colegas de departamento, até a participação mais organizada em nosso Conselho de Representantes, com reuniões nas unidades, ainda há muito a fazer.

Convocamos a todos para que se somem a esse imenso cordão. Depois do Carnaval que não teremos, façamos nós a nossa parte. Hoje as chances de um impeachment parecem pouco prováveis, mas a política não é uma ciência exata, e o quadro pode ser modificado a partir de nossa intervenção. Acreditemos na nossa força, na nossa presença na sociedade, no quanto somos importantes para o país, para a vida de tantas pessoas. Porque se não formos nós a acreditar, ninguém fará isso por nós.



TAMO SEX TOU JUNTO

AdUFRJ

PRIMEIRO ENCONTRO DE 2021 DEBATE CONJUNTURA POLÍTICA

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufjrj.org.br

Depois de um pequeno recesso, o Tamo Junto – encontro virtual dos professores da UFRJ nas sextas-feiras de pandemia – retornou com toda força, no último dia 5. O primeiro bate-papo de 2021 discutiu o terceiro ano do mandato de Bolsonaro e a possibilidade de uma frente ampla de oposição ao governo.

“Acho que hoje a grande hipótese colocada para 2021, contra a qual a gente precisa lutar, é a de 2021 como um ano de consolidação do bolsonarismo”, afirmou o professor e cientista político Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ que conduziu o debate.

O terceiro ano de mandato é historicamente importante para o Executivo brasileiro, pois é quando se percebe como as forças políticas estão na sociedade e também é

o último ano para colocar pautas no Congresso, explicou Josué. “O fenômeno político do lulismo foi confirmado no terceiro ano de governo, depois da crise do mensalão e a capacidade que Lula teve de resistir e sair da crise. Foi também no terceiro ano de governo que Dilma perdeu a oportunidade histórica dela, na minha opinião, de se consolidar”, lembrou.

Josué apresentou sete pontos que podem consolidar o fenômeno político que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) representa. “O primeiro ponto é um novo auxílio-emergencial. Acho que Bolsonaro vai aprovar mais cedo ou mais tarde ao longo de 2021. Ele não aprova agora só para economizar”, afirmou. “Em segundo, o avanço da vacinação. Embora (João) Dória (governador de São Paulo) tenha feito aquele golaço lá no início da vacinação, logo depois de a Anvisa aprovar e Bolsonaro ficar muito mal, a tendência é o Ministério da Saúde aprovar

outras vacinas”, completou. Apesar da força política e estratégica do governador de São Paulo para a vacinação do estado, Josué acredita ser muito difícil competir com o SUS. “Toda a política de distribuição nacional do SUS é bastante avançada. A tendência é que Bolsonaro também explore essa narrativa para falar que vacinou”, analisou.

Os terceiro e quarto pontos dizem respeito à proteção adicional de Bolsonaro no Congresso e no Judiciário. “Tem a ver com o impeachment, com Flávio Bolsonaro, com aprovação fácil de aliados para o STF e STJ”, explicou. “O quinto ponto é a questão partidária. Ele segue sem partido. Vai ter que decidir se organiza o próprio partido ou se entra em algum já existente. As duas hipóteses tendem a dar um centro político-partidário para o bolsonarismo, coisa que não existiu em 2020”, afirmou.

Outro tópico importante é o andamento das pautas contra direitos humanos. “Bolsona-

ro não precisa que elas sejam aprovadas. Se elas não são aprovadas mas vão a voto, ele passa a ter uma prova empírica para o discurso antissistema. Ele vai dizer: ‘Não conseguimos armar a população porque esse Congresso não deixa governar’. O que Bolsonaro ameaça com a sua agenda fascista são direitos à liberdade, à diversidade e à pluralidade”, afirmou. O sétimo e último ponto é a atração de parte da direita tradicional ao bolsonarismo. “Acho que Dória formou um polo. Ele é o principal nome da direita tradicional. Agora, a tarefa dele é manter o campo unificado”, concluiu.

FRENTE AMPLA

Josué defendeu a articulação de uma frente de esquerda unificada, que possibilite o diálogo com setores da direita tradicional para algumas pautas comuns. “O debate do auxílio-emergencial, as CPIs para investigar o que o governo fez, a luta pela democracia, para não deixar

retroceder os direitos das mulheres, negros, índios”, ilustrou. “Nesse tipo de agenda, dá para montar uma frente ampla. Para isso, a gente precisa ter protagonismo. Primeiro, a unificação da esquerda”, definiu.

O pesquisador propôs duas ações que poderiam contribuir para unificar os setores progressistas. “Uma delas seria participar das cozinhas coletivas que o MTST está organizando nos territórios em que o movimento tem trabalho”, disse Josué. O docente acredita que este é um tipo de atividade que ajuda na organização dos trabalhadores e unifica a esquerda.

A segunda iniciativa seria criar uma frente suprapartidária do estado. “Será muito interessante que a gente, como intelectuais da UFRJ, chame as lideranças políticas do Rio de Janeiro para conversar sobre projeto de país e de estado”, sugeriu.

42 políticos e um destino: o futuro das universidades

>Nova comissão de orçamento começa a discutir as verbas da Educação para 2021. Situação das universidades é dramática. Comunidade acadêmica pressiona parlamentares

KELVIN MELO E LUCAS ABREU
comunica@adufjrj.org.br

Uma dura batalha pelo futuro da Educação e da Ciência começou no último dia 10 no Congresso Nacional.

A data marcou a instalação da Comissão Mista de Orçamento, grupo com 31 deputados e 11 senadores, a maioria absoluta integrante da base de apoio do governo. Há somente nove deputados e um senador de partidos de esquerda.

A comissão tem até 30 de março para produzir um relatório sobre o Projeto de Lei Orçamentária do governo que corta verbas das universidades e agências de fomento à pesquisa. O documento será decisivo para a votação posterior no plenário do Congresso.

“Quando a CMO se acerta e manda uma proposta para o plenário, a capacidade de intervenção diminui muito”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, professor Ildeu Moreira, destacando que a entidade atua e vai atuar em todos os níveis do Congresso.

Mas as circunstâncias não são nada favoráveis. A Comissão será presidida pela deputada Flávia Arruda (PL/DF), aliada de Arthur Lira (PP-AL), novo presidente da Câmara, eleito com o apoio de Jair Bolsonaro. Um sinal da simbiose com o Executivo ocorreu na própria reunião de instalação na Comissão: Flávia não ficou até o final, pois precisava “sair correndo para uma agenda no ministério”.

O “amém” ao que vem do Executivo não é novidade. O presidente da SBPC, que há anos dialoga com parlamentares para aumentar as verbas da Ciência, tem escutado bastante o argumento de que é preciso “consultar a Economia”. “Claro que a avaliação do ministério é importante. Mas não pode ser decisiva. Senão, não precisa do Congresso para aprovar o orçamento”, critica Ildeu.

O professor observa que o Parlamento brasileiro segue uma tradição diferente dos congressos de outros países. Em vez de discutir o orçamento global, os políticos ficam mais preocupados com mudanças menores, via emendas parlamentares. “A discussão fica muito mais no varejo e não no atacado”, completa.

A COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

• 20 DEPUTADOS do bloco PSL, PP, PSD, MDB, PL, Republicanos, DEM, PSDB, Solidariedade, PTB, Patriotas, PSC, PROS e Avante,

• 3 DEPUTADOS do PT

• 2 DEPUTADOS do PSB

• 2 DEPUTADOS do PDT

• 1 DEPUTADO do Podemos

• 1 DEPUTADO do PCdoB

• 1 DEPUTADO do PSOL

• 1 DEPUTADO do Cidadania.

• 3 SENADORES do Bloco MDB, REPUBLICANOS, PP

• 2 SENADORES do Bloco PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB

• 2 SENADORES do Bloco PSDB/PSL (PSDB, PSL)

• 1 SENADOR do PSD

• 1 SENADOR do Bloco PT e PROS

• 1 SENADOR do bloco DEM, PL, PSC

• 1 SENADOR do Podemos

É a mesma opinião de Marcus Vinicius David, economista por formação e vice-presidente da associação de reitores das federais, a Andifes. “O orçamento federal enviado para o Congresso Nacional é um orçamento fechado à força. Ele foi fechado sem retratar, efetivamente, os gastos necessários para as atividades estatais”, diz. “Ele é inviável para garantir o funcionamento mínimo da Saúde no país. Isso se a pandemia tivesse terminado, e ela não terminou. O orçamento do Ministério da Educação não dá para manter a rede de universidades funcionando. É um orçamento

fictício”, avalia.

A “canetada” do governo, para o dirigente da Andifes, tem o objetivo de atender à emenda constitucional do teto de gastos públicos — o dispositivo, implantado em 2017, limita as despesas à correção pela inflação. “Ou o Congresso vai ter coragem de dizer que não dá para cumprir o teto de gastos e que teremos de ampliar os gastos públicos, e buscar outras formas de reequilibrar contas públicas em médio e longo prazo, ou nós vamos criar um verdadeiro caos no funcionamento do Estado em 2021”, conta.

Na reunião de instalação da CMO, houve muitos discursos favoráveis à prorrogação do necessário auxílio-emergencial e apenas dois deputados se manifestaram brevemente em defesa da Educação e da Ciência. Já existe a negociação para retirar as verbas destinadas ao benefício do limite do teto de gastos, mas, caso isso não seja possível, haverá ainda menos orçamento para todas as áreas.

O professor Josué Medeiros, cientista político e diretor da AdUFRJ, acredita que a continuidade do auxílio vai se transformar em uma chantagem para retirar ainda mais direitos dos servidores públicos, via proposta de reforma administrativa. “Ocorre que a inflação dos alimentos, o desemprego e a segunda onda da pandemia estão produzindo uma necessidade do auxílio agora, e a reforma administrativa teria uma tramitação muito longa. Então acredito que essa chantagem não vá funcionar”, diz.

“É incrível como as nossas eli-



O orçamento do Ministério da Educação não dá para manter a rede de universidades funcionando. É um orçamento fictício

MARCUS VINICIUS DAVID
Vice-presidente da Andifes

tes, desde o teto de gastos, vêm atacando todos os processos que formam um projeto de nação”, critica Josué. “Precisamos mobilizar muito, conscientizar muito, tanto a comunidade da UFRJ, quanto a sociedade, para que a gente possa reverter esses ataques e esse projeto de destruição que estamos vendo”.

REAÇÃO

As entidades sindicais nacionais dos docentes também prometem muito empenho para reverter os cortes nas universidades.

Presidente do Andes, a professora Rivânia Moura é enfática: “O projeto de lei orçamentária prevê um corte que significa inviabilizar o funcionamento das nossas instituições. A gente vive uma pandemia e pressão para o retorno presencial, o que exige maior investimento para que universidades e institutos possam se adequar às condições sanitárias. E o movimento do orçamento tem sido inverso”, afirma.

O Andes tem dialogado com outras entidades para realizar uma luta conjunta em defesa do orçamento da Educação, com pressão junto aos parlamentares em cada estado. “Estamos elaborando documentos para encaminhar aos deputados”, completa.

“A pandemia dificulta a mobilização”, diz Nilton Brandão, presidente do Proifes. A saída encontrada tem sido denunciar os problemas pelas redes sociais. E unir forças com outros sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e Andifes, entre outras entidades. “Essa é uma tarefa nossa, uma tarefa conjunta, porque ninguém vai conseguir fazer isso sozinho”.

DISCUSSÃO ATRASADA

Não existe registro recente de atraso tão grande na discussão do orçamento. Desde 2002, pelo menos, a CMO sempre foi instalada no ano anterior ao da lei orçamentária em discussão. Um impasse quanto à presidência da comissão adiou os trabalhos por meses.

A expectativa agora é de uma tramitação acelerada da matéria. “Tivemos uma dificuldade a mais nesse ciclo orçamentário porque a LDO foi votada e aprovada apenas no último dia das atividades parlamentares em dezembro. Passamos o recesso de janeiro sem a discussão, e só agora o Congresso reinicia as suas atividades”, afirma o professor Marcus Vinicius David, vice-presidente da Andifes. “É um cenário bastante difícil”.

PERFIL



FLÁVIA ARRUDA
(PL-DF)

PRESIDENTE DA CMO

Apoiada pelo presidente da Câmara, tornou-se a primeira deputada a presidir a CMO, logo em seu primeiro mandato. É casada com o ex-governador cassado do Distrito Federal, José Roberto Arruda.



MÁRCIO BITTAR
(MDB-AC)

RELATOR GERAL DA CMO

Em seu primeiro mandato como senador, assumiu a função de relator geral da comissão. Um dia antes, tuitou foto de uma reunião com Eduardo Bolsonaro “para uma conversa muito produtiva a respeito das estratégias para o Orçamento 2021”.



EDUARDO BOLSONARO
(PSL-SP)

O filho “03” do presidente, em seu segundo mandato como deputado federal, integra a CMO como um dos representantes titulares do maior bloco da Câmara. Dele não se espera nem mais um centavo para as universidades.



PAULO ROCHA
(PT-PA)

Também senador em primeiro mandato, é o líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. Tuitou que “lutaremos por um orçamento que garanta recursos para a saúde e os trabalhadores”.

#OrgulhoDeSerUFRJ

Orçamento atrasado pode levar UFRJ ao colapso

> Se o Congresso não aprovar a LOA até abril, não haverá recursos nem mesmo para salários de professores e técnicos. Contratos com empresas terceirizadas também estão pendentes

KELVIN MELO

kelvin@adufRJ.org.br

Professores e técnicos-administrativos sem salários e atrasos de pagamentos em quase todos os contratos. Se o Congresso Nacional não aprovar a lei orçamentária (LOA) nas próximas semanas, este será o caótico cenário administrativo da UFRJ em abril.

Sem orçamento autorizado pelos parlamentares, o governo limita o custo mensal da máquina pública a um duodécimo da despesa anual prevista — já bastante reduzida, no caso da universidade. A verba discricionária da UFRJ caiu de R\$ 374 milhões, em 2020, para R\$ 310,5 milhões, na proposta orçamentária de 2021. Um corte de 17% que, em valores reais, representa um retrocesso de dez anos.

A “tempestade perfeita” fica completa com um mecanismo implantado pelo governo

Bolsonaro há dois anos, que dividiu os gastos públicos em duas partes: uma garantida e outra condicionada à aprovação de créditos suplementares pelo Congresso. Apenas uma parte da primeira está sendo repassada à instituição.

“Os recursos não condicionados do pagamento de ativos duram até abril”, explica o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. Sessenta e sete por cento do orçamento destinado ao pagamento de pessoal ativo dependem de aprovação extra do Congresso. Para os inativos, há um pouco mais de fôlego, pois 75% da verba destinada aos proventos e pensões estão livres da chamada “regra de ouro” — que proíbe o governo de fazer dívida para custear despesas correntes. “Há saldo até setembro”, completa Raupp.

A manutenção da universidade está sob um cobertor mais curto. A verba discricionária só está garantida até 51% do

Orçamento discricionário da UFRJ

R\$ 374 milhões, em 2020

R\$ 310,5 milhões, na PLOA 2021

Discricionário

- Garantido na PLOA:

R\$ 158,3 milhões (51%)

- Depende do Congresso:

R\$ 152,2 milhões (49%)

VERBA PARA SALÁRIOS DOS PROFESSORES E TÉCNICOS ATIVOS

- Garantido na PLOA

R\$ 469,4 milhões (33%)

- Depende do Congresso

R\$ 938,9 milhões (67%)

previsto. Ou R\$ 158 milhões. A UFRJ recebeu, em janeiro, R\$ 1,5 milhão para a assistência estudantil (PNAES) e R\$ 8,6 milhões para as demais despesas, como luz, segurança e limpeza.

“Precisaríamos que o governo liberasse pelo menos um doze avos do orçamento total previsto (incluindo o supervisionado), ou R\$ 25,8 milhões, para que não houvesse problemas”. A administração também espera a aprovação do orçamento para avaliar quantas emendas parlamentares (individuais e de bancada) poderão beneficiar a instituição. “Ainda não temos uma posição das que serão destinadas à UFRJ”.

Sem orçamento desbloqueado até abril, as perspectivas são sombrias. “Considerando as possíveis paralisações por parte dos prestadores de serviços, tais como limpeza, vigilância, essa situação inviabilizaria o funcionamento das áreas acadêmicas e administrativas”, afirma o pró-reitor.

A situação só não está pior, pois a universidade zerou seu déficit operacional em 2020. “Como estivemos em dia até dezembro, há um certo fôlego”. E uma liberação especial de R\$ 2,2 milhões garantiu o pagamento dos funcionários extraquadros dos hospitais da UFRJ, linha de frente contra a pandemia.

ORÇAMENTO INSUFICIENTE

O repasse de 100% do orçamento previsto impediria o colapso de abril, mas não significa tranquilidade para a universidade. Os R\$ 310,5 milhões são insuficientes para o funcionamento mínimo da instituição. Em dezembro, o Consuni aprovou um gasto de R\$ 383,7 milhões para este ano.

“Trabalhar dentro da PLOA significaria parar em agosto. Ou, no máximo, até setembro, dependendo do sucesso na renegociação de contratos”, disse o pró-reitor Eduardo Raupp, na ocasião.

VERBAS PARA A CIÊNCIA ESTÃO EM QUEDA LIVRE

Um Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com orçamento inferior a menos de um terço do que dispunha há 10 anos. Uma Capes que acumula perdas financeiras de quase 30% em apenas dois anos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que já entra em 2021 com 90% dos recursos contingenciados. A proposta do governo Bolsonaro enviada ao Congresso Nacional é uma afronta aos pesquisadores brasileiros.

A necessidade de mudar os números do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) é destacada pelo presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, professor Ildeu Moreira. “Há uma visão economicista

estreita que arrebenta com a Ciência e Tecnologia no Brasil. Num momento de crise econômica, sanitária, social grave que estamos vivendo, isso é comprometer o futuro”, afirma.

O orçamento global do MCTI voltado para pesquisa está em R\$ 2,7 bilhões. O discricionário da pasta já foi de R\$ 10,4 bilhões em 2010. A PLOA 2021 reduz recursos do CNPq na ordem de 10%, para apenas R\$ 1,2 bilhão. “O fomento para pesquisa está em apenas R\$ 22 milhões apenas, o que não dá para nada”, diz Ildeu. Em relação às bolsas, a “tesourada” pode significar que o dinheiro acabe em novembro.

Outro obstáculo para a pesquisa este ano é a redução da cota de importações livre de

PLOA 2021

CNPq

R\$ 1,2 bilhão

(8% a menos que em 2020)

Capes

R\$ 3 bilhões

(28% a menos que em 2019)

FNDCT

R\$ 5,3 bilhões

(90% em reserva de contingência)

impostos do CNPq. O Ministério da Economia fixou o limite em US\$ 93,2 milhões contra US\$ 300 milhões de 2020.

A Capes, que já contou com um orçamento de R\$ 4,2 bilhões em 2019, aparece na PLOA 2021 com apenas R\$ 3 bilhões. Houve uma redução de 28% dos recursos para bolsas da educação básica e 10% nos recursos para bolsas da pós-graduação.

CONTRA OS VETOS

Em paralelo à batalha do orçamento, a SBPC quer derrubar os vetos do presidente Bolsonaro à lei complementar nº 177, que transformou o FNDCT — gerido pela Finep — em fundo financeiro. O objetivo é retirar

a reserva de contingência que incide sobre 90% dos recursos (R\$ 4,8 bilhões de um total de R\$ 5,3 bilhões). Além disso, os cientistas querem liberar o montante contingenciado em 2020 (mais R\$ 4,2 bilhões).

“Isso é fundamental para as universidades. Em todos os laboratórios da UFRJ, se olhar, tem algum aparelho com plaquinha da Finep”, defende Ildeu. Os parlamentares que votarem contra os recursos para a Ciência, avisa o presidente da SBPC, terão os nomes divulgados pela entidade.

A SBPC também mantém uma petição online para derrubar os vetos que, até o dia 10, já superou 94 mil assinaturas. **(Kelvin Melo)**

#OrgulhoDeSerUFRJ

Educação Tem Valor

Conhecimento Sem Cortes

> Observatório do Conhecimento lidera campanha contra cortes nas universidades. Associações de docentes de todo o país explicam que é essencial pressionar parlamentares

KIM QUEIROZ

comunica@adufrj.org.br

Educação tem Valor. Este é o eixo da campanha que a AdUFRJ participa ativamente nos últimos dias para pressionar o Congresso pela aprovação do orçamento federal sem cortes nas verbas para a Educação. A campanha foi criada ainda em outubro do ano passado pelo Observatório do Conhecimento — rede de associações e sindicatos de docentes de todo o país, com participação da AdUFRJ — com o objetivo de recompor o orçamento federal relacionado às universidades.

A mobilização acompanha a tramitação orçamentária no Congresso Nacional. Instalada no dia 10, a Comissão Mista deve aprovar o Orçamento até março. Para pressionar os parlamentares por um Orçamento do Conhecimento justo, o Observatório criou uma ferramenta virtual, em parceria com a União Nacional dos Estudantes, que possibilita o envio imediato de uma carta às presidências da Câmara e do Senado.

No dia 10, a campanha lançou vídeos oficiais e realizou um tuitaço, às 10h, com as hashtags #ConhecimentoSemCortes e #EducaçãoTemValor. A mobilização ganhou o apoio de deputados de oposição, como Marcelo Freixo e Sâmia Bomfim (ambos do PSOL-RJ), e Túlio Gadêlha (PDT-PE). Como parte das próximas atividades da campanha, o Observatório irá realizar, nos dias 23 e 25 de fevereiro e 2 e 4 de março, uma série de debates sobre a universidade e a sociedade brasileira. Professores da UFRJ compõem o ciclo em mesas temáticas sobre economia, democracia e cultura.

“Quando nós falamos que a Educação tem Valor, significa desde a possibilidade da formação de cidadãos mais críticos, até possibilitar o que nós estamos vendo no serviço público com relação ao enfrentamento da pandemia”, aponta Sílvia Gatti, presidente da Adunivcamp. Segundo ela, para que a Ciência seja devidamente valorizada pela população, é preciso demonstrar as transformações que as universidades exercem sobre a vida das pessoas. “Attingir apenas a nós mesmos é extremamente restrito. Precisamos alcançar o apoio de toda sociedade, do cidadão que não foi à universidade, mas quer ver seu filho e neto nela”, ressalta.



As **universidades federais** precisam de você.

O orçamento do conhecimento é o menor desde 2007. O Congresso Nacional pode mudar essa situação.

Pressione observatorioconhecimento.org.br

A **ciência** precisa de você.

O orçamento do conhecimento é o menor desde 2007. O Congresso Nacional pode mudar essa situação.

Pressione observatorioconhecimento.org.br

“Nossa ideia é que o Observatório atue justamente nos temas que o sindicalismo tradicional não atua, como a defesa da Ciência. Nós lançamos essa campanha para mobilizar a comunidade acadêmica, pressionar os deputados e conseguirmos reverter esses cortes”, explica o professor Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ. A campanha denuncia as sucessivas reduções no “Orçamento do

Conhecimento”, que junta os gastos com as universidades federais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Capes, institutos tecnológicos federais e centros de pesquisa.

“É um verdadeiro ataque a todo um sistema de produção de conhecimento e de formação profissional, no qual as universidades têm um papel destacado no país. A campanha busca dialogar com a sociedade, para que ela nos ajude a evitar o pior”, afirma Carlos Alberto Marques, presidente da Associação de Docentes da UFSC (APUFSC). Ele explica que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2021 é mais um passo rumo à destruição da pesquisa no país. “Ao somar os cortes no orçamento do conhecimento, ano após ano, desde 2015, o valor de perdas acumuladas chega a R\$ 80 bilhões”.

Uma das ações do Observatório nas redes foi produzir cards sobre os gastos do governo federal em alimentos. “Apenas com os valores gastos com leite condensado, seria possível ofertar pelo período de um ano: 592 Bolsas de Doutorado; ou 869 Bolsas de Mestrado; ou 3.258 Bolsas de Iniciação Científica”, diz uma publicação da cam-
 nha. “Quando se compara isso à educação, vemos que são gastos extravagantes”, critica Carlos Alberto.

EU UNIVERSIDADE PÚBLICA

Pressione para que o Congresso Nacional retire os cortes do orçamento da ciência e das universidades.

observatorioconhecimento.org.br

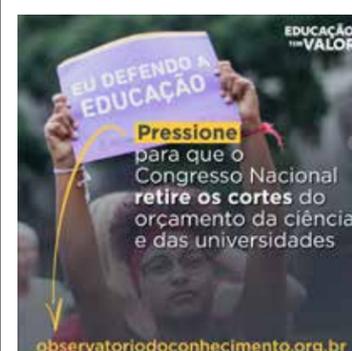
CONHECIMENTO SEM CORTES

EU APOIO as universidades e a ciência. Pela recomposição do orçamento na PLOA 2021.

observatorioconhecimento.org.br

na. “Quando se compara isso à educação, vemos que são gastos extravagantes”, critica Carlos Alberto.

O atraso na votação do orçamento de 2021 desordenou o planejamento financeiro das universidades. “Nós, na UFSC, assim como as outras universidades federais, recebemos apenas 1/18 do orçamento. O que a nossa reitoria fez foi atrasar o pagamento da conta de água e



Pressione para que o Congresso Nacional retire os cortes do orçamento da ciência e das universidades.

observatorioconhecimento.org.br

de outros serviços”, relata Carlos. Ele se preocupa ainda com a situação dos alunos que dependem do auxílio do governo para se manter no ensino superior. “Considerando que haverá ainda uma retração de 17% do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nós estamos utilizando os recursos da universidade para dar um auxílio a esses estudantes mais carentes”.

O QUE É O OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

O Observatório do Conhecimento é uma rede formada por Associações e Sindicatos de Docentes de universidades de todo o país, com o propósito de defender a ciência brasileira. “O Observatório foi criado por conta desse avanço negacionista e dessa desqualificação da vida universitária, da produção do conhecimento e da pesquisa científica no Brasil”, explica a

presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller. A rede articula ações em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, monitora e denuncia políticas e práticas de perseguição ideológica à comunidade acadêmica, e se mobiliza para enfrentar os cortes no orçamento da ciência.

Criado em abril de 2019, o Observatório é uma iniciativa suprapartidária e independente, que busca levar ao debate



OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

público as dificuldades enfrentadas pela educação. “Além de estratégia, competência e inteligência, a gente precisa que a população esteja com a gente. O elemento que falta para virarmos o jogo é agregar todas as forças, para que tenham consciência do valor, do papel e da necessidade da educação pública brasileira”, completa Eleonora.

Apelo à unidade marca primeiro CR do ano

> Diante dos desafios a enfrentar em 2021, como a reforma administrativa e a vacinação para todos, AdUFRJ quer ampliar participação de docentes na luta

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

“As tarefas são de grande monta, precisamos de todos para resistir ao que está por vir, como a reforma administrativa, que está na ordem do dia”. Com essa convocação, a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, abriu a primeira reunião do Conselho de Representantes de 2021, na terça-feira (9). O encontro foi remoto. Eleonora destacou que a tarefa principal, neste momento, é a mobilização dos professores para as carreatas que vão acontecer por todo o país, no dia 21, em defesa da vacinação para todos e pelo impeachment de Bolsonaro.

A professora Norma Menezes, da Escola de Belas Artes, chamou atenção para a gravidade do momento político que o país atravessa. Ela estuda movimentos autoritários e vê com preocupação a situação do Brasil e as disputas dentro do campo progressista. “Estive em 2019 na Universidade de Boğaziçi (Turquia). Nossos colegas hoje estão presos ou mortos. Eu acompanhei o que aconteceu lá e nós estamos só alguns aninhos atrasados nesse processo”, afirmou. “Nós temos muito pouco tempo. Vamos tentar imprimir nas nossas divergências esse poder do diálogo. Nossas diferenças são muito pequenas diante do que nos aguarda”.

Um dos passos para alcançar a unidade é ampliar a participação e a organização dos docentes. Por isso, a diretoria propôs realizar novas eleições para o Conselho de Representantes, para completar a representação das unidades. O mandato desses novos conselheiros duraria até setembro, quando vão acontecer as eleições para a gestão 2021-2023. “Queremos ampliar a participação, chamar mais pessoas para que nos ajudem na condução das lutas deste ano, que são muitas”, justificou Eleonora. A ideia era fazer um processo eleitoral mais simples, com indicação dos candidatos em reuniões das unidades que quisessem compor o conselho.

A professora Luciana Boiteux, da Faculdade de Direito, ponderou: “Do ponto de vista jurídico, eu acho complicado criar uma exceção, em especial neste cenário em que estamos vivendo”, disse. “Se for o caso, (sugiro)

“Vamos tentar imprimir nas nossas divergências esse poder do diálogo. Nossas diferenças são muito pequenas diante do que nos aguarda”

NORMA MENEZES
Professora da Escola de Belas Artes

pedir um parecer jurídico”, disse. Já a professora Cleusa Santos, do Serviço Social, lembrou que talvez não valesse a pena formalizar a participação de conselheiros com voz e voto porque essas pessoas seriam impedidas de se reelegerem nas eleições de setembro. “É muito pouco tempo para ‘queimar’ uma representação que poderia durar dois anos”, disse. Ficou acertado que a diretoria vai encaminhar uma proposta para permitir a ampliação das representações. Uma das unidades interessadas é Macaé. Hoje o campus é representado por professores do Nupem, que se tornou um instituto recentemente e, portanto, separado da Cidade Universitária de lá.

PROGRESSÕES

As questões referentes às progressões múltiplas e à insalubridade seguem dependendo de ações da reitoria. No caso das progressões, a resolução aprovada pelo Consuni trouxe dois problemas: a exigência de dez anos de doutoramento para formação da banca de avaliação da progressão e a paralisação dos processos que já tinham sido abertos antes da resolução e que só chegaram à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) após a publicação do texto. “Nós vamos pedir a revisão desta decisão sobre o doutoramento, porque a regra inviabiliza a progressão em algumas unidades que são mais novas. Na questão dos processos, a

AdUFRJ está fazendo um levantamento de casos que já tinham sido iniciados antes da nova resolução, porque ficaram sem regra de transição. Queremos resolver o problema internamente, mas, se houver necessidade, nós vamos judicializar”, afirmou Eleonora.

Em relação à insalubridade, a diretoria ainda aguarda o posicionamento formal da universidade sobre a incapacidade de a Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST) avaliar os ambientes insalubres onde os professores atuam. Algumas unidades chegam a ter 30% do corpo docente sem receber o adicional devido, por inteira responsabilidade da UFRJ. “Em dezembro, fizemos uma reunião, apresentamos inclusive uma proposta para solucionar o problema e que não foi acatada. O setor jurídico já está de sobreaviso para trabalhar a partir da resposta que a universidade nos encaminhar”.

Os docentes também tiraram dúvidas sobre o Observatório do Conhecimento. A diretoria esclareceu que se trata de um fórum que reúne 12 associações e seções sindicais, algumas do Andes, outras do Proifes e independentes para elaborar materiais sobre Educação, Ciência e Tecnologia. “Não é uma instância sindical. A ideia é ter um grupo que pense, discuta, paute a imprensa, faça campanhas, ajude a pressionar o Congresso em tudo o que se relaciona às universidades”, esclareceu Eleonora.

SINTUFRJ VENCE AÇÃO DOS 28%

O Sintufrj venceu uma importante ação coletiva para pagamento dos valores atrasados no processo dos 28,86%. A vitória beneficia 9.022 pessoas, entre técnicos-administrativos e docentes filiados ao sindicato e que já eram servidores da UFRJ pelo menos desde 1993. O percentual equivale a um reajuste concedido a militares em 1993 e só estendido aos servidores civis em 1998. Agora, a Justiça reconheceu o direito ao recebimento do valor retroativo referente a 66 meses (entre janeiro de 1993 e junho de 1998).

“Esperamos que as pessoas tenham algum alento financeiro, já que estamos desde 2017 sem reajuste e com aumento de alíquota de Imposto de Renda e de seguridade. Nosso poder de compra cai não só com a inflação, mas com todos os ataques que recebemos ao longo dos últimos anos”, pontua a coordenadora-geral do Sintufrj, Gerly Miceli.

Um servidor técnico-administrativo que já atuava na UFRJ entre 1986 e 1993, e que hoje esteja na Classe C-416 (Nível IV e Progressão 16) da carreira, pode receber valores que variam entre R\$ 40 mil e R\$ 55 mil. No caso de um docente que tenha ingressado em 1986 e seja Associado II, os valores ultrapassam os R\$ 90 mil. “Vencer esse processo num contexto de tantas perdas, é muito significativo”, comemora Gerly. “O momento é muito difícil, pois estamos às vésperas de uma reforma administrativa que visa acabar com o Estado brasileiro, com tudo o que construímos ao longo de muitas décadas”, afirma a dirigente.

Outras 1.537 pessoas que fizeram acordo com a União (durante o governo FHC) para recebimento do percentual em 14 parcelas não terão direito aos atrasados, porque, nestes casos, não há “restos a pagar”. “O sindicato tinha convicção da justiça do direito à integralidade dos atrasados e por isso orientou os sindicalizados a não aderirem ao acordo proposto pela União”, lembra a diretora Nilce Correa.

Como o processo envolve muitas pessoas, o Sintufrj contratou uma assessoria jurídica para dar seguimento à execução da sentença. O escritório cobra 10% do valor que cada servidor irá receber. “É importante destacar que os sindicalizados têm a liberdade de dar entrada nesta execução individual com advogados de sua confiança. Para isso, basta pegar o número do processo e juntar a documentação exigida”, orienta Gerly. No site do Sintufrj (www.sintufrj.org.br) há um tutorial de como dar início à execução judicial. (Silvana Sá)

PONTO ELETRÔNICO: SISTEMA DA UFRN É O MODELO

A UFRJ vai adotar o sistema de controle eletrônico de frequência criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A informação foi dada pela reitora Denise Pires de Carvalho ao **Jornal da AdUFRJ**. A reitora afirmou que o sistema de ponto eletrônico por biometria não vai ser utilizado. A medida é uma resposta a uma Instrução Normativa do Ministério da Economia que prevê o controle eletrônico de frequência para todo o Serviço Público Federal até o fim deste ano.

“Retomaremos a implantação iniciada pela gestão passada do SIG-RH da UFRN”, disse Denise à reportagem. A reitora também se manifestou sobre o assunto durante a reunião do Conselho Universitário, nesta quinta-feira (11). Embora não estivesse na

pauta da reunião, o Sintufrj fez uma manifestação a respeito do tema na sessão de informes.

“Reafirmo aqui a nossa posição de categoria, de que somos contra a aferição eletrônica”, disse a técnica Gerly Miceli, coordenadora-geral do Sintufrj. “Não é uma aferição eletrônica que moraliza nada”, complementou. A técnica defendeu que o momento é de união em defesa da autonomia universitária, e sugeriu que a administração central crie um grupo de trabalho que possa discutir a criação de um sistema próprio da UFRJ, e que seja retomada a discussão da reorganização dos processos de trabalho dos técnicos. “A instrução normativa não é lei, mas a autonomia universitária é constitucional, e cabe a este conselho e à gestão defendê-la institucio-

nalmente e intransigentemente”.

Em sua resposta, Denise Pires de Carvalho procurou tranquilizar a comunidade acadêmica. “Não há nenhuma discussão, não houve e não haverá, com relação à implantação de controle de ponto eletrônico por biometria na UFRJ”, disse ela, com a ressalva de que a instrução normativa faz com que a UFRJ tenha que se organizar. “Vamos trabalhar, criar grupos de trabalho, discutir e dialogar internamente no sentido de abolir o papel, mas não vai haver um ponto eletrônico”, reforçou.

Antes de comunicar sua decisão ao governo, a UFRJ estudou o modelo desenvolvido pela UFRN e adotado por outras instituições. “Ter sistemas que atendam às especificidades das universidades ajuda a fortalecer a autonomia”, disse Mirian Dan-

tas dos Santos, pró-reitora de Gestão de Pessoas da UFRN, em apresentação virtual realizada, dia 5, para diretores de unidades, representantes da AdUFRJ e Sintufrj.

A dirigente explicou que o sistema é bastante flexível. “A universidade é uma instituição muito complexa. Não tem como colocar uma regra que vá atender a todos”, afirmou. Segundo Mirian, quem optar pelo sistema da UFRN recebe a tecnologia e pode fazer uma personalização. O controle pode ser feito por ponto biométrico ou por login e senha, no computador do trabalho. “Quem define é a gestão da unidade”, esclareceu. A universidade começou a trabalhar em uma versão por celular para dar agilidade ao sistema. (Lucas Abreu, colaborou Kelvin Melo)

Com verba de R\$ 3,7 milhões, Extensão lança novo edital

> Sem a realização de eventos presenciais, que serão feitos remotamente, programa de fomento a ações junto à sociedade tem mais recursos disponíveis para este ano. Inscrições de trabalhos vão até 7/3

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufRJ.org.br

Um ano complicado para o orçamento universitário, a pró-reitoria de Extensão (PR-5) aumentou em R\$ 300 mil o montante disponível para o novo edital do Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão (Profaex), em comparação ao do ano anterior. “Conseguimos ampliar as verbas disponíveis em 2021 porque não vamos mais ter os grandes eventos presenciais”, explica a pró-reitora Ivana Bentes. Tanto a Semana de Integração Acadêmica (Siac), quanto o Conhecendo a UFRJ e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) exigem investimentos que não serão necessários, pois acontecerão virtualmente. “Essa economia vai ser toda aplicada e revertida. É um orçamento que

se ampliou pelas características da pandemia”, diz Ivana.

O edital vai investir cerca de R\$ 3,7 milhões em eventos, cursos, projetos e programas que têm como base o diálogo com a sociedade. Para Ivana, conseguir lançar o Profaex nessa ordem de valor é uma vitória. “Tendo em vista também a linha histórica de cortes que a Educação tem sofrido, a gente vê cortes gerais nas bolsas de extensão e pesquisa. Conseguir manter e operar esse processo, nesse momento, é uma vitória”, avalia. O Profaex é direcionado aos estudantes, mas beneficia todos os envolvidos. “Não só os estudantes com o apoio na sua formação, mas também as próprias ações, que ganham com bolsistas dedicados, que trazem soluções, propostas e interagem”, explica. “Num momento de crise, ter estudantes da UFRJ mobilizados e participando dessas ações que estão atendendo a sociedade é

um círculo virtuoso”, afirma.

Para participar do novo edital, é necessário se inscrever num sistema novo, completamente online, chamado Mailchi. O anterior, Sigproj, foi utilizado nas últimas cinco edições do edital e facilitava o acesso dos coordenadores que já possuíam um projeto, pela sua ferramenta de replicação e edição. O antigo sistema não é compatível com o atual, e não é possível importar os dados de um para o outro. O prazo para submissão de trabalhos vai até 7 de março.

É a primeira vez que Vinícios Ribeiro, professor de História da Arte na Escola de Belas Artes, vai se inscrever num edital da PR-5. “O meu projeto vai ser uma celebração do curso de História da Arte. Agora em 2021 comemoramos 12 anos, e celebraremos tantos os estudantes do curso como os egressos, e também os possíveis alunos que se interessam pela área

durante o Ensino Médio”, conta. O projeto contará com 12 encontros, e vai começar em março. O professor aprovou o novo edital, tanto na maneira em que foi disponibilizado e na centralidade que a Extensão tem conquistado na universidade. “Uma manifestação como o Profaex, num momento tão difícil, traz um incentivo às nossas ações e aos estudantes, que também podem ter um aporte de recursos financeiros que garantem a manutenção deles na universidade”, acredita.

A professora Ana Lúcia Nunes, da Escola de Comunicação, pretende realizar a inscrição com a ajuda de seus alunos. “Vou selecionar alguns estudantes com mais experiência para participar da submissão dos projetos. Lembro que quando fui aluna da graduação, no laboratório da Universidade Federal de Goiás, e sempre colaborávamos. Era um traba-

lho construído coletivamente”, explica. “É uma prática muito boa para os estudantes”, avalia. Para Ana Lúcia, o novo edital carece de algumas melhorias como, por exemplo, na ampliação das ações afirmativas. “Para mulheres que tiveram filhos recentemente, porque a nossa participação nos eventos e projetos acontece com dificuldade. Existem dados que provam a dificuldade das mães que são trabalhadoras em terem seu momento de maternagem, que requer muito tempo e dedicação, e cumprir com todas as demandas que a universidade e o mundo acadêmico nos exigem. Há uma queda na produtividade que acaba nos deixando em desvantagem na competição dos projetos”, afirma. “É essencial, também, que em todos os editais da universidade exista uma definição de cotas étnico-raciais ou cotas para estudantes de escolas públicas”, completa.

PESQUISADORES ARTICULAM REDE PARA MITIGAR O IMPACTO DA COVID-19 NAS FAVELAS



ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufRJ.org.br

A pandemia pesa mais para quem tem menos. E universidades e instituições de pesquisa como UFRJ, Fiocruz e PUC-Rio — entre outras — se articulam com lideranças de favelas em busca de resultados mais efetivos para as comunidades. “Quando a pandemia estourou, o que a gente percebeu foi que, na ausência de uma ação do estado com políticas públicas, houve uma resposta muito rápida e contundente dos atores locais”, observou Itamar Silva, do Santa Marta. “E também uma aproximação de instituições, como universidades, que já tinham uma relação histórica de diálogo com as favelas”. Itamar foi um dos sete representantes de moradores e trabalhadores de comunidades que participaram da mesa “Favelas e universidades no enfrentamento à covid-19”, transmitida pela pró-reitoria de extensão (PR-5), na quarta-feira (10).

O encontro reuniu territórios



vulneráveis da Tijuca, Centro, Zona Sul, Zona Oeste e Maré. Entre os pontos mais sensíveis estão acesso à água, saneamento, alimentação, renda e segurança. “A pandemia veio para escancarar as desigualdades anteriores: desemprego, dificuldade de alimentação, de segurança para as crianças. Enquanto falavam de álcool em gel e de lavar as mãos, a maioria dos nossos está em locais onde a água é escassa”, relatou Emerson Menezes, do Salgueiro.

“A Cidade de Deus não é a mesma coisa que a Maré. Não é porque é favela que tudo cabe”, advertiu Lara Oliveira, dos Prazeres, enfatizando a importância da escuta sobre as realidades locais e da participação popular nas estratégias contra a pandemia. “Quem vai dizer como fazer um plano de vacinação que chegue ao morador da favela, se ele mora na beira do rio, se não tem como garantir higienização?”, questionou. Lara criticou medidas públicas sem diálogo

com as demandas locais. “Em 2019, as escolas da Cidade de Deus ficaram fechadas 59 dias por causa de incursões policiais e tiroteios. As pessoas não lutaram para reabrir as escolas. Mas agora, com o Rio com esse número de mortes, pode abrir. Eu perdi três familiares e cinco amigos”.

Pelas instituições científicas, Nísia Trindade foi a primeira a se manifestar. A presidente da Fiocruz avaliou que a ampliação da participação popular é condição para resultados efetivos no combate à pandemia, e que medidas como testagem e a vacinação precisarão estar conjugadas a outras políticas, como renda e emprego. “Não há incompatibilidade entre as medidas de saúde pública e a democracia, muito pelo contrário. Porque só essa compreensão permitirá que a Ciência e o desenvolvimento tecnológico possam levar à superação dessa crise”, disse Nísia, frisando ainda que “o direito coletivo é a base do direito individual”.

Para a pró-reitora de Extensão da UFRJ, Ivana Bentes, “as universidades ainda têm dificuldades para reconhecer saberes” fora do espectro acadêmico. E devem avançar na aproximação por meio de equivalências curriculares “que extrapolem a

extensão”, alcançando também a formação e a pesquisa. Segundo ela, a UFRJ tem hoje mais de cem projetos em favelas do estado. Docente da Escola de Comunicação, Ivana destacou a inovação social das redes de solidariedade e de comunicação formadas a partir das favelas para arrecadação e distribuição de alimentos, equipamentos de saúde e afins ao longo de 2020.

Professora titular em Saúde Coletiva da UFRJ, Ligia Bahia falou no mesmo sentido. “A Ciência não é o único irradiador de verdades”, observou ela. “O que queremos é que a favela participe ativamente da produção do conhecimento que precisamos para ter uma vida nova”, completou a docente em relação às perspectivas da pandemia e da pós-pandemia.

Já a reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, reafirmou o compromisso da instituição com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e das iniciativas em prol da “vacina para todos”. A reitora saudou a iniciativa de uma rede de atenção especial à população dos territórios mais vulneráveis e considerou que a “UFRJ está cada vez mais ligada aos movimentos sociais para transformação da sociedade” e para “um Brasil menos desigual”.

A mesa contou ainda com a pró-reitora de Extensão e Cultura da Uerj, Cláudia Gonçalves, e os pesquisadores Marcelo Burgos (PUC-Rio) e Cunca Bocayuva (Nepp-DH).

JUSTIÇA CHEGA, MAS MUSEU SEGUE INERTE

> Absolvido após quatro anos em processo por supostas irregularidades no MTT de São Bernardo do Campo, Paulo Fontes quer levar o projeto adiante

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

“A primeira pergunta foi meu nome, a segunda foi a minha relação com o museu e a terceira, se eu conhecia o Lula”. Foi assim, na alvorada do dia 13 de dezembro de 2016, que o historiador e professor Paulo Fontes acordou com a visita da Polícia Federal em seu apartamento, no Rio. Eram seis da manhã e ele estava com a mulher e os dois filhos pequenos. Paulo foi conduzido coercitivamente no âmbito da Operação Hefasta, que apurava supostas irregularidades no projeto do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo (MTT), onde ele atuava como coordenador de conteúdo. Depois de mais de quatro anos de idas e vindas a São Paulo, a vitória chegou. No começo deste ano, Paulo e outros acusados pelo Ministério Público, como o ex-prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho (PT), foram absolvidos. A sentença era esperada desde que o próprio MP, no início de 2020, reconheceu não haver provas contra os acusados.

Professor do Instituto de História da UFRJ, onde coordena o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT/UFRJ), Paulo é também diretor, desde novembro de 2019, da Universidade da Cidadania, órgão ligado ao



MUSEU teve obra embargada, mas Paulo quer tirar projeto do papel

Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, responsável por atividades formativas, de pesquisa e extensão entre a universidade e os movimentos sociais.

Até a vitória chegar, Paulo viveu um longo período de indignação e de luta para provar que era acusado por um crime que nunca cometeu. “Procurei advogados especializados de São Paulo, que me orientaram a procurar o Ministério Público. Conversei três vezes com a procuradora, entre 2016 e 2018, abri meu sigilo bancário, levei documentos, na expectativa de que, mostrando a minha situação, ela reconheceria que o MP

havia cometido um equívoco e que eu não seria considerado réu. Mas ela me denunciou”, conta o professor.

Para Paulo, a investigação queria chegar ao ex-presidente Lula. “Existia um contexto político de dizer que o museu era do Lula, que o Luiz Marinho havia construído para ele. Mas eles não tinham nenhuma prova disso. A denúncia desde o princípio era frágil, cheia de inverdades”, afirma.

Depois das recentes revelações sobre as irregularidades da Operação Lava Jato, Paulo acredita que o contexto pesou para a sentença favorável. “Está

cada vez mais claro que barbaridades, ilegalidades e crimes foram cometidos em vários desses casos. Não se trata de passar pano na corrupção, mas, em nome de limpar a corrupção, eles criaram uma montanha de mentiras”, diz. “No caso operação de que fui alvo, tinha o contexto de punir intelectuais e críticos em nome de varrer a corrupção”, afirma.

O professor é grato por ter, finalmente, o nome limpo na Justiça. “Num país como o nosso, em que a Justiça não costuma acontecer, temos que comemorar. Não tenho dúvida de que o caso só prosperou por causa das circunstâncias políticas daquele período, assim como o resultado final também tem a ver com a revelação das mentiras da Lava Jato, que operou na mesma lógica de coerção da Hefasta”, reflete Paulo.

Lucas Pedretti, historiador e membro do Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ (CBAE/UFRJ), acredita que o que tem acontecido de 2016 até hoje tem a ver com uma expressão renovada do que já foi visto em outros momentos, quando em nome de certos valores como ordem, moral, combate à corrupção e subversão, é possível atropelar a lei, o processo legal e os valores civilizatórios mínimos. “A ditadura militar nunca reconheceu a existência de presos políticos. Eles diziam que os subversivos eram corruptos ou terroristas. E

o fato de a gente não ter lidado com esse período do ponto de vista da memória, da reparação e Justiça para quem foi violado, a gente tem mais dificuldade em evitar a repetição desse movimento”, explica.

Para Lucas, é necessário fazer uma reparação material, emocional, mas também coletiva. “Temos que buscar a construção de mecanismos para que isso não aconteça com outras pessoas, porque o nosso sistema de Justiça e o das forças de segurança não operam numa lógica de mudança, o que leva a gente a uma espécie de eterno retorno”, diz Lucas.

Paulo Fontes está disposto a buscar reparação do Estado brasileiro. “Uma reparação para mim seria o museu acontecer, é fundamental para o país ter um museu como esse”, afirma. “Trabalhei minha vida inteira nesse projeto. Ele diz respeito a um avanço político do país, que o museu iria expressar muito bem. Mas aí chamaram de museu do Lula e se transformou num negócio kafkiano, em que qualquer coisa que você faça é realmente a prova daquilo que você está sendo acusado”, conta.

As obras do museu foram embargadas, há apenas um esqueleto construído. “É lamentável que sempre no avanço de regimes conservadores eles ataquem a memória”, reflete Maria Paula Araújo, do Instituto de História da UFRJ. Para ela, um dos papéis da memória na sociedade é valorizar e trazer à tona a história dos segmentos sociais. “É principalmente nesse sentido que atuava o Paulo Fontes e outros pesquisadores nesse projeto de memórias do mundo do trabalho, que tinha a ver com o museu também. Nem é, nesse caso, um museu fundamentalmente político como, por exemplo, o Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile, ou o Memorial da Resistência, em São Paulo”, explica a professora. “Era uma iniciativa muito importante para se estudar o processo político e econômico do país”, conclui.

PROFESSORES DA REDE BÁSICA MANTÊM GREVE

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Em assembleias virtuais realizadas nos dias 29 e 30 de janeiro, os profissionais de educação do Rio de Janeiro decidiram entrar em greve contra o calendário de retomada das aulas presenciais nas redes estadual e municipal. Na rede municipal, a volta às aulas presenciais está prevista para 24 de fevereiro. E para 1º de março, na rede estadual. As escolas e creches particulares já estavam liberadas para realizar atividades presenciais desde 1º de fevereiro.

“As escolas sequer têm estrutura física para suportar esse retorno presencial, e a nossa cidade não tem condições de mobilidade urbana para ofe-

recer um retorno tranquilo às escolas”, aponta Maria Eduarda Quiroga, diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ). Os educadores ponderam que a maioria das escolas não tem condições de garantir os protocolos sanitários necessários, o que ameaça o direito à saúde e à vida da comunidade escolar, de seus familiares, e de todo o conjunto da sociedade.

A greve reforça a importância de que seja agilizada a vacinação dos profissionais da educação. “Não se trata de um privilégio, e muito menos, de furar fila, mas da garantia do direito à educação dos filhos da classe trabalhadora”, argumenta o sindicato, em texto publicado no seu site. Redes de ensino em

outros municípios do estado também declararam greve do presencial, como em São Gonçalo, na Região Metropolitana, ou dias de paralisação com manutenção das atividades remotas, como em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

A mobilização no Rio se limita às atividades presenciais. “A gente não declarou uma greve total, porque entendemos que não dá pra continuar com esse apagão da educação que aconteceu em 2020”, destaca Maria Eduarda. A professora da rede municipal ressalta a ausência de estratégias dos governos. Com o retorno presencial facultativo, ainda não está claro se o professor terá uma carga horária estendida para incluir o ensino remoto, ou se irá atender

exclusivamente ao presencial. “Se for assim, a criança que não for para escola estará sendo privada do seu direito à educação”, diz. “Nós precisamos aproveitar o momento para melhorar as estruturas físicas das escolas. Até porque mesmo depois de estarmos todos vacinados, ainda iremos permanecer com alguns cuidados por um tempo”, afirma Maria Eduarda.

Outra preocupação dos docentes é a nova determinação de grade curricular do município, que reduz as horas-aula de disciplinas como História, Geografia e Artes. Com o acúmulo de conteúdos de 2020, os professores temem que essa medida prejudique ainda mais a formação dos alunos. “A gente tem uma série de questões da

nossa vida funcional para discutir. Mas, para não entrarmos em contradição com a pauta da vida, esses assuntos serão debatidos em assembleias posteriores”, esclarece Maria Eduarda.

APOIO DO ANDES

O Andes manifestou solidariedade à greve do Rio. Presidente do Sindicato Nacional, a professora Rivânia Moura defende que a volta às aulas presenciais só ocorra com vacinação e condições sanitárias garantidas. “Os professores da Educação Básica têm sofrido uma pressão muito grande para este retorno imediato. Isso é um ataque à vida”, afirma. “Abrir escola neste momento não é prioridade. Prioridade é o governo agilizar o processo de vacinação para que este retorno se dê com segurança”, completa. **(colaborou Kelvin Melo)**